

Governador recebe apoio para vetar Estrutural

Cerca de 250 pessoas compareceram ontem ao Palácio do Buriti para se manifestar a favor do veto do governador Cristovam Buarque ao projeto da Cidade Estrutural. Muitos consideraram a mobilização tardia e lembraram que a própria indecisão do governo contribuiu para a aprovação do projeto pela Câmara Legislativa. Entretanto, se solidarizaram ao governador, com o compromisso de ajudá-lo a conseguir o voto que necessita para manter o seu veto.

O governador Cristovam Buarque abriu o ato público elogiando a presença de ambientalistas, empresários, políticos, parlamentares e representantes de diversos segmentos da sociedade civil. “A presença de vocês aqui é um gesto de cidadania. Não significa o apoio de vocês ao meu governo, mas sim contra um gesto irresponsável de alguns parlamentares”, disse. Mas demonstrou preocupação ao informar que 131 focos de invasão foram detectados no DF.

O secretário-executivo do Fórum Empresarial e membro do PNBE, Luiz Carlos Botelho, defendeu a área da Estrutural para a instalação do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento (Scia). “O setor produtivo do DF é o maior desabrigado e é o único capaz de combater o desemprego que afeta a nossa região”, disse. Para o presidente da Federação do Comércio, Sérgio Koffes, embora “tardia” a mobilização pode reverter a posição de alguns parlamentares. “Vamos continuar lutando para isso”, ressaltou. A Federação das Indústrias do DF também defendeu o veto do governador.

Reflexão — As mais de 40 Organizações Não-governamentais presentes ao manifesto entregaram ao governador mensagem de apoio e cobraram dos parlamentares maior reflexão durante a análise do veto. “Os deputados devem colocar os interesses da sociedade acima de seus projetos eleitoreiros e pessoais, votando a favor do futuro do Distrito Federal”, declarou César Vitor do Espírito Santo, da Fundação Pró-Natureza (Funatura).

Segundo o presidente regional da CUT/DF, José Zunga, é hora de se acabar no DF com a política do “topa-tudo por dinheiro e colocar como prioridade a comunidade de Brasília”. Representando o PSDB, partido do autor do projeto da Cidade Estrutural, José Edmar, o presidente regional, Jorge Haroldo, defendeu o veto do governador. “Estimular os assentamentos é condenar o DF”, justificou.

Deputado critica ocupação da área

O presidente da Comissão de Meio Ambiente e Minorias da Câmara Federal, deputado José Sarney Filho (PFL/MA), defendeu ontem que a área do Lixão fosse reservada à preservação ambiental. Durante encontro com o governador Cristovam Buarque, antes do ato público, o deputado e demais parlamentares da comissão criticaram tanto a fixação de assentamento urbano, quanto industrial no local.

Para o parlamentar maranhense, o empresariado brasileiro ainda não sabe lidar com o conceito de indústria não-poluente e a fiscalização dos órgãos ambientais sempre deixou muito a desejar. “A área abriga mananciais importantes para o abastecimento de água do DF e cidades do Entorno. O mais sensato é preservar a área”, sugeriu ao governador.

Durante o encontro, os deputados federais leram para o governador a carta encaminhada antes da votação do projeto ao presidente da Câmara Legislativa. Eles lamentaram que, mesmo com a iniciativa, o Legislativo do DF tenha votado pela criação da Cidade Estrutural. “O assunto é tão grave que está criando uma mobilização suprapartidária a favor do veto e da manutenção do veto pelos parlamentares”, lembrou o presidente da comissão.

“Estávamos confiantes de que a Câmara Legislativa fosse sensível ao nosso apelo. Agora, o veto do governador se mostrou o instrumento legal para combatermos essa arbitrariedade”, disse Sarney Filho.

Depois — Sobre a solicitação da Comissão de Defesa do Meio Ambiente e Minoria da Câmara Federal, o governador Cristovam Buarque preferiu não se alongar em seu comentário. “Primeiro vamos nos preocupar em manter o veto. O que fazer depois é um assunto para mais tarde”, declarou.



Governador Cristovam Buarque recebeu diversas manifestações de apoio à decisão de vetar o projeto da Cidade Estrutural

Estevão diz que segue Regimento

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJ), deputado Luiz Estevão (PP), garantiu ontem que o projeto da Cidade Estrutural só não foi encaminhado ontem ao Palácio do Buriti por causa de um problema técnico que impossibilitou a conclusão do relatório final da comissão.

“Não houve nenhuma intencionalidade em não encaminhar o projeto. Estamos seguindo rigorosamente o Regime Interno da Casa que nos obriga a recorrer à Mesa Diretora em caso de dúvida”, explicou. Segundo ele, foram aprovadas duas emendas ao mesmo artigo do projeto, tratando de assuntos semelhantes, que os levaram a consultar a Mesa Diretora.

Líder da oposição na Câmara Legislativa, Luiz Estevão criticou o ato público organizado pelo GDF em favor do veto do projeto da Cidade Estrutural. “O governo está mostrando a sua verdadeira cara. E a presença maciça de empresários na manifestação mostra que as entidades sindicais estão sendo presididas pelo GDF e não pelos empresários”, acusa.

O deputado nega que a oposição já tenha definida a sua estratégia para garantir os 13 votos e der-

TRAMITAÇÃO DO PROJETO	
■ O governador Cristovam Buarque garante que, no dia em que receber o projeto, assina o veto e devolve para a Câmara Legislativa;	
■ Segundo o Regimento Interno da Câmara Legislativa, a CCJ tem 15 dias úteis para elaborar o relatório sobre o veto e colocá-lo (o relatório) em apreciação;	
■ O veto deve ser apreciado no prazo de 30 dias corridos a contar de seu recebimento e só rejeitado pela maioria absoluta dos deputados (13 votos), em votação secreta;	
■ Esgotados os 30 dias, o veto será colocado em votação na ordem do dia da sessão imediata;	
■ Segundo cálculos da situação, serão realizadas até o início do recesso parlamentar seis sessões. Duas já estão comprometidas com a votação da LDO;	
■ Caso o governador não faça nenhuma convocação extraordinária ou os deputados não se autoconvoquem, a primeira sessão imediata ao recesso acontece no dia 1º de agosto, e	
■ Caso o veto seja rejeitado, o governador dispõe de 48 horas para promulgar a matéria. Caso não o faça, a responsabilidade recai para o presidente da Câmara Legislativa.	

rubar o veto de Cristovam Buarque. “Ainda não temos nada decidido”, disse. Porém, segundo fontes do governo, o bloco da oposição está trabalhando com a ideia de mostrar ao público que comparecer à sessão onde será apreciado o veto, o con-

teúdo dos votos. “Apesar de ser secreto, isso pode acontecer. Essa tática, inclusive, foi usada muito pelo PT na legislatura passada”, informa um assessor do governador. Luiz Estevão, entretanto, não confirmou a estratégia.

Polícia reforça a segurança no Lixão

Temendo manifestações contra o veto à Cidade Estrutural, a Polícia Militar reforçou com mais de 80 soldados o policiamento nas duas vias de acesso ao Lixão. Segundo o capitão Fonseca, nenhum incidente foi registrado e o reforço era de caráter preventivo. A presença dos policiais irritou os moradores. Muitos disseram que a polícia estava proibindo a entrada de botijões de gás e até de alimentos na invasão, mas nenhuma das informações foi confirmada.

Caso o veto seja mantido pelos distritais, os habitantes do Lixão estão dispostos a declarar uma guerra para não saírem do local. “Se vierem derrubar nossos barracos vai ter guerra. Será matar ou morrer”, disse um morador. Eles vão se organizar para enfrentar também um possível embargo do Ibama. “Não acredito que haverá impedimento para a construção da cidade. De qualquer forma lutaremos por ela”, informou Batista. Os moradores da invasão do Lixão estão conscientes de que o governador vai vetar, mas acreditam na sua derrubada quando voltar para a Câmara Legislativa.

Empresário quer nova política para habitação

“Há uma necessidade urgente de uma nova política de habitação. Hoje, as empresas estão prejudicadas porque não existe financiamento para as construções”, disse ontem o empresário e presidente da Associação das Empresas imobiliárias de Brasília, Paulo Octávio, na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados. Os empresários da construção civil foram convocados pelo deputado Chico Vigilante (PT) para discutir a crise no setor. Segundo o deputado, a iniciativa ocorreu depois da reportagem feita pelo Jornal de Brasília, há cerca de dois meses, denunciando o problema.

Segundo Paulo Octávio, a classe média baixa — a mais necessitada de habitação — não consegue investir em imóveis. “Os bancos privados precisam operar em Brasília com seus financiamentos”, sugeriu o empresário, que reclamou ainda da restrição do código de obras. O código é muito exigente quanto à aprovação de projetos e o fato de Brasília ser tombada pelo Patrimônio Histórico torna problemática a aquisição de terrenos”, explicou Paulo Octávio.

O presidente do Sindicato da Indústria e Construção Civil (Sinduscon) do DF, Adalberto Cleber Valadão, considera a crise da construção civil causada pela política de juros altos do Governo que inibe tanto a produção quanto o consumidor. “A falta de investimento do setor público na realização de obras também atrapalha o mercado”, conclui Valadão. O Sinduscon possui hoje 320 empresas sindicalizadas e de acordo com o presidente do sindicato, 20% do mercado retraiu os seus investimentos nos últimos 90 dias. De janeiro a maio deste ano, pelos dados do Sinduscon, seis mil empregos foram vetados na construção civil. Para o deputado Chico Vigilante é importante discutir o assunto pois a construção civil é o ramo que mais emprega no DF.



Octávio pede investimentos

José Edmar se prepara para derrubar veto

O deputado José Edmar (PSDB) está se mobilizando para combater o veto do governador Cristovam Buarque à criação da Cidade Estrutural. Na próxima terça-feira ele coloca o Movimento pela Moradia no DF nas ruas e realiza uma manifestação na Praça do Buriti. Associações de moradores e inquilinos já aderiram à convocação. “O veto do governador será derrubado”, garante. “Veto é o resultado da consciência do parlamentar,

mais do que de pressão”, disse. Edmar acha que alguns deputados não votaram favoravelmente ao projeto porque eram suplentes e que aqueles que abertamente votaram a favor, não têm por que ser contrários agora. “Estou confiante e tranquilo”, disse. Segundo José Edmar, a Cidade Estrutural será uma mostra de que os assentamentos devem ser mais próximos do centro da cidade. “O nível social é maior quando há proximidade do

Poder Executivo”, defende o deputado Edmar e cita o exemplo da fixação da Vila Paranoá, em contrapartida com a criação da distante cidade-satélite Santa Maria, a quase 40 quilômetros do Plano Piloto.

Programas habitacionais mais definidos, com a regularização dos condomínios e a reabertura de cadastramento para pessoas que moram há mais de 20 anos no DF são algumas medidas que José Edmar sugere ao governo do DF como es-

senciais no momento.

Condomínios — O deputado José Edmar irá apresentar à Câmara Legislativa um projeto de regularização dos condomínios. O projeto prevê a venda dos condomínios irregulares a empresas construtoras que se proponham a concluir as obras iniciadas na área, vendendo os lotes restantes. As empresas ficariam incumbidas de realizar os direitos dos atuais moradores.

VOTAÇÃO EM 91				
Deputados	Sim	Não	ABS	AUS
Agnelo Queiroz (PC do B)	x			
Aroldo Satake (PDS)	x			
Benício Tavares (PDT)				x
Carlos Alberto (PCB)		x		
Cláudio Monteiro (PRP)	x			
Edimar Pirineus (PDT)	x			
Eurípedes Camargo (PT)	x			
Fernando Naves (PDC)			x	
Geraldo Magela (PT)	x			
Glison Araújo (PTR)	x			
Jonas Vetracci (PDT)	x			
Jorge Cauhy (PL)				x
José Edmar Cordeiro (PSL)	x			
José Omellas (PFL)		x		
Lúcia Carvalho (PT)	x			
Manoel Andrade (PTR)				x
Maria de Lourdes (PSDB)	x			
Maurício Silva (PTR)			x	
Pedro Celso (PT)	x			
Peniel Pacheco (PST)		x		
Rose Mary Miranda (PTR)	x			
Salviano Guimarães (PDT)	x			
Tadeu Roriz (PSC)				x
Wasny de Roure (PT)	x			
Total	15	03	02	04

PRIMEIRO TURNO		
Deputados	Sim	Não/Ausentes
José Cordeiro (PSDB)	x	
Luiz Estevão (PP)	x	
Cláudio Monteiro (PPS)		x
Maria José Maninha (PT)		x
Antônio Cafu (PT)	x	
Geraldo Magela (PT)	x	
Marcos Arruda (PSDB)	x	
Jorge Cauhy (PP)		x
Renato Rainha (PL)		x
Marco Lima (PT)	x	
Lúcia Carvalho (PT)	x	
Tadeu Filippelli (PP)	x	
César Lacerda (PRN)	x	
João de Deus (PDT)		x
Zé Ramalho (PDT)	x	
Miquéias Paz (PC do B)	x	
Rodrigo Rollemberg (PSB)	x	
Peniel Pacheco (Sem Partido)	x	
Odilon Aires (PMDB)	x	
Edimar Pirineus (PP)	x	
Daniel Marques (PP)	x	
Benício Tavares (PP)	x	
Adão Xavier (PP)	x	
Manoel Andrade (PP)	x	
Total	19	05

SEGUNDO TURNO		
Deputados	Sim	Não
Adão Xavier (PFL)	x	
Antônio Cafu (PT)		x
Benício Tavares (PP)	x	
César Lacerda (PRN)		x
Cláudio Monteiro (PPS)		x
Daniel Marques (PP)	x	
Edimar Pirineus (PP)	x	
Geraldo Magela (PT)		x
João de Deus (PDT)	x	
Jorge Cauhy (PP)	x	
José Edmar Cordeiro (PSDB)	x	
José Ramalho (PDT)		x
Lúcia Carvalho (PT)		x
Luiz Estevão (PP)	x	
Monoel de Andrade (PP)	x	
Marco Lima (PT)		x
Marcos Arruda (PSDB)	x	
Maria José (PT)		x
Miquéias Paz (PC do B)		x
Odilon Aires (PMDB)	x	
Peniel Pacheco (PTB)		x
Renato Rainha (PL)	x	
Tadeu Filippelli (PP)	x	
Rodrigo Rollemberg (PSB)		x
Total	13	11